

**ATA 137 - CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA E DIREITOS DO IDOSO DO
MÊS DE JULHO DE 2016.**

Aos vinte e um dias do mês de Julho de dois Mil e Dezesesseis, teve lugar reunião ordinária do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Idoso, na sede da Secretaria Municipal dos Direito da Pessoa com Deficiência e do Idoso- SEPEDI , Avenida Jorge Burhian, nº 10 – jardim Jaqueira, às Nove horas e quinze minutos. Compareceram os conselheiros, Selma Hecher, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, Yara Rosane de Paula, Secretaria Municipal de Fazenda, Ivy Monteiro Malerba, Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso- SEPEDI, e os conselheiros da Sociedade Civil a saber: Maria Conceição Martins Lepique, Walter Antonio e Silva, Grace Driesmans Beyer, Cléia Regina Nascimento, Simone Aparecida Rodrigues, Iza Maria Lippel Gomes, Zally Pinto Queiroz Vasconcelos, Presidente do Conselho, Antonio Humberto Costa Machado. Justificaram suas ausências: Barbara Cristina Chaves, Secretaria M de Esportes e Recreação, Angela Maria Nunes, Fundacc, Viviane Dias Vieira de Oliveira, Divina de Fátima dos Santos, Benedito Aparecido da Silva, Sueli costa Machado. A reunião teve início com a leitura da ata anterior pela senhora presidente Zally Queiroz, ao mesmo tempo em que fazia esclarecimentos acerca de seu conteúdo, tendo em vista ter tratado de deliberação para utilização de recursos do Fundo Municipal do Idoso e da presença de conselheiros nesta reunião que não estava presentes a reunião anterior. O tema foi novamente discutido pelos presentes os quais concordaram que tudo deve ser feito de forma transparente, e documentado a fim de que possam se sentir seguros com relação ao deliberado em relação aos gostos nos eventos e compra de equipamentos com recursos do Fundo Municipal do idoso. Com a chegada da Conselheira e Secretária Ivy Monteiro Malerba, a presidente a posicionou acerca do ocorrido na reunião até aquele momento, em que pese a ausência da senhora Ana Angélica, em férias, solicitando a secretária Ivy se já estaria disponível os levantamentos de preços e a definição das despesas a serem realizados junto ao Fundo Municipal do idoso, bem como, informação do aval jurídico para utilização destes recursos, conforme acordado na

reunião anterior. A Secretária Ivy Malerba informa que já foi providenciado a fabricação dos cartões de visita do conselho, indo buscá-los, entregando a caixa com as unidades previstas a presidente do conselho, que fará a entrega aos conselheiros desta identificação. A presidente pergunta a respeito da cartilha, e a secretária informa que o que mostrou foi exemplo da cartilha elaborada para informar sobre a lei de calçadas do município, e que o conteúdo da proposta deverá ainda ser elaborado e discutido. Com relação às camisetas foi solicitado a fabricação de uma unidade por conselheiro de manga comprida, situação que deverá ser orçada.

A conselheira Selma questionou a participação do conselho nos casos de violência contra idosos, inclusive comparou o conselho do idoso com conselho tutelar ressaltando as especificidades de cada um. Rita Canuto complementa que o Conselho Municipal do Idoso não é órgão executor é o que o difere do Conselho Tutelar, que embora ambos tenham um Estatuto a Zelar, Direito da Criança e Adolescente e Direito do Idoso, O Conselho tutelar recebe, atende e encaminha casos individuais, os acompanha e colabora na sua resolução, intercedendo junto às secretarias municipais, comunidade e junto ao M.P., Já o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do idoso, embora possa receber casos individuais, os quais solicita manifestação e providências dos órgãos de atendimento no município, inscreve, fiscaliza serviços de atendimento ao idoso, inscreve associações de atendimento e /ou defesa de direitos do idoso, acompanha ações. Projetos e programas de atendimento ao idoso com recursos municipais e tem fundo municipal próprio, ainda está construindo sua intervenção quer seja através do entendimento de sua competência e ou em atendimento a situações em que é chamado a intervir. Selma sugere capacitação permanente ao conselho, o que é avaliado pelo colegiado como de fundamental importância a fim de que possam saber melhor suas competências e como colocá-las em prática. Com relação ao assunto o conselheiro Antonio Machado cita a capacitação da qual participou promovida pela Secretaria Municipal de Saúde, através da Vigilância Epidemiológica, com o tema “Diga Não a Violência”, semana passada, onde questões apareceram sobre o que fazer quando sabe de idosos em situação de violência, o que ele pode explicar do que conheceu até o

momento de sua experiência junto ao conselho em decorrência das orientações já recebidas em capacitação quando de sua entrada para atuar junto ao colegiado. Zally falou sobre o empoderamento do conselheiro e sugeriu a retomada do projeto inicial de capacitação permanente, que previa utilização de meia hora de todas as reuniões do colegiado aonde seria tratado assunto de interesse do conselheiro em sua atuação, e que a capacitação não necessariamente envolve custo e/ou grandes custos, o que a conselheira Selma se coloca a disposição para articular junto ao promotor, possibilidade de palestrar sobre o Tema – Estatuto do idoso. Zally citou dois aspectos relacionados à violência, sendo um deles a Negligência, que aparece mais fortes nos dados fornecidos pelos órgãos de atendimento e registro de atendimento, é um desafio esse detalhamento e busca de alternativas para sua intervenção. Outro aspecto que foi discutido em recente congresso, diz respeito à violência institucional, que é preciso ser identificada. É preciso um estreitamento com a promotoria de defesa do idoso. Selma informa que é preciso aproveitar a presença do Promotor de Justiça, na pessoa do Dr. Leonardo, que hoje responde pelo idoso, a exemplo de sua atuação que teve enorme peso no resultado do atendimento a idosa que sofria violência. A atuação conjunta deste promotor junto ao Centro de Referência e de Assistência Social - CREAS, a liminar concedida permitiu a idosa ser retirada da casa aonde sofria violência e conduzida a companhia de outros familiares fora de município, sem que fosse colocado em risco os técnicos do CREAS que identificaram a situação assim protegendo a equipe e felizmente resultando na garantia de integridade física da idosa e outra oportunidade de vida fora da violência a qual sofria. Portanto o conselho deve criar estreitamento de suas ações junto a promotoria.

Selma retoma a palavra informando que dentro do Espaço da Delegacia de Defesa da Mulher, chamada de “Sala de Acolhida” de segunda a sexta-feira irão somar a atuação da Assistente Social, um psicólogo voluntário e duas vezes por semana durante meio período um advogado que deverão prestar atendimento e suporte às pessoas vitimizadas e/ou que precisam ser orientadas sobre lavrar ou não Boletim de Ocorrência conforme cada caso. Rita Canuto pede a palavra para esclarecer acerca dos procedimentos referentes a atuação das comissões de inscrição e

orçamento junto ao CMDDI, o conselho adotou os trabalhos em comissões tendo em vista atender a suas competências e que cabe a elas estudo e apresentação do resultado após conclusão ao colegiado, cada comissão criada ou grupo de trabalho deve se ater a Resolução, ato do conselho que atribuiu a elas competências específicas, e que findo o prazo definido para seus trabalhos deve apresentar resultado em reunião do colegiado, o qual ira Aprovar , Não Aprovar, Manter ou Cancelar , o solicitar providências tendo em vista o assunto a ser tratado. Hoje a Comissão de Inscrição e Acompanhamento de Processos de Denúncias está com a responsabilidade de avaliar os pedidos de manutenção de inscrição de associações anteriormente concedidas, bem como, as solicitações de nova inscrição no conselho. Rita Canuto reforça junto aos conselheiros que se faz necessária se documentar sempre, deixar registradas suas intervenções, análises e esclarecimentos junto aos demais órgãos públicos e/ou entidades durante o exercício de suas competências frente ao conselho, tanto nas comissões de trabalho e/ou no processo deliberativo, a burocracia é necessária, em caso de auditoria ou se queria levantar histórico de alguma situação, encontremos o que foi feito e seu desfecho. Para tanto, deve elaborar seus relatórios por atividade desenvolvia, análise, prestação de contas, e nas matérias que for chamado dar parecer. Relembrando, hoje a **Comissão de Orçamento** tem a competência de avaliar a prestação de contas das Associações hoje conveniadas com a Prefeitura Municipal através da SEPEDI, ficou acordado que trimestralmente essa avaliação seria feita junto à responsável pelo recebimento e conferências das mesmas, junto a SEPEDI, os processos e após produzir cópias dos documentos para arquivo do conselho, apreciação e atenderia as dúvidas se houverem em relação ao emprego dos recursos que tem como parâmetro os PLANOS DE TRABALHO, anteriormente aprovados para desenvolvimento de

suas atividades projeto(s), com repasse mensal. Havendo algo a ser esclarecido devem fazê-lo por escrito e receber a resposta da mesma forma, e se satisfeitas e esclarecidas essas dúvidas, emitirem seu parecer em documento individual para cada processo de convênio. Finalizado suas avaliações apresentar documento escrito por entidade ao colegiado que ira DELIBERAR, sobre a aprovação final das contas. **A Comissão de Inscrição e Acompanhamento de Processos de Denúncia**, Anualmente tem competência de avaliar os pleitos das Associações em relação à Manutenção das Inscrições anteriormente concedidas, geralmente em Março de cada ano. A comissão tem a prerrogativa de efetuar leitura dos documentos apresentados, plano de trabalho em execução, relatório do executado no ano anterior e caso tenha havido alteração de sua diretoria receber a respectiva ata. Já existe no Arquivo do Conselho Processo “Mãe”, que deu origem a inscrição. A entidade só perderá a inscrição se deixar de executar serviços, projetos ao segmento idoso, bem como paralisar a atividades e/ou for fechada pelo M.P. Já os novos pedidos de inscrição, quer sejam entidades filantropias e/ou com fins econômicos, estão afetas a apresentação da documentação, Resolução nº 08/2012 deste Conselho e atender ao Estatuto do Idoso e Legislações correlatas, ambas devem ter o mesmo tratamento, e atender as mesmas exigências em conformidade a modalidade de serviço executado. Documentos dentre eles, o Plano de Trabalho, Alvará da Vigilância Sanitária em Dia, Laudo dos Bombeiros, e Documentos de sua constituição, como Estatutos e/ou Contratos Sociais, C.N.P.J. e responsável técnico , entre outros são fundamentais. As decisões do colegiado são transformadas em Resoluções, que devem ser publicadas dando conhecimento público dos deferimentos, cancelamentos, e decisões que o colegiado tome, em

determinada matéria. Tendo em vista as Comissões ainda não terem produzido seus relatórios para apresentação ao colegiado fica estabelecida que a próxima reunião no mês de agosto deverá ser apresentada ao conselho os relatórios das Comissões, de Inscrição e Orçamento. A Presidente Zally Queiroz, solicita a SEPEDI, que apresente parecer da Secretaria de Assuntos Jurídicos por escrito, das propostas aprovadas para utilização dos recursos do **Fundo Municipal do Idoso**, assim garantindo a transparência em seu emprego, legalidade, moralidade impessoalidade e o bom uso dos recursos públicos em prol da coletividade, haja vista se tratar de recurso público que deverá ser publicizado, dado conhecimento público de seu emprego e finalidades as quais está servindo.